



# Anais da Assembléia

Nº 026

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 02 DE ABRIL DE 1991

ANO XVII

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA  
ATA DA 001.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 02 DE ABRIL DE 1991

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

As quatorze horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Afonso Júnior, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton César Servo, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix, Toti Colaço (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Não havendo Ata a ser lida, passou-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados. Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

DISCUSSÃO ÚNICA - Do Projeto de Decreto Legislativo nº 01/91, de autoria da Comissão Executiva, que indica o nome do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEÃO para o preenchimento de vaga no cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, aberta em função da aposentadoria do Conselheiro Antônio Ferreira Rüppel. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO ESPECIAL, para apreciação pelo Plenário.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/91

Artigo Único - É indicado o doutor ARTAGÃO MATTOS LEÃO para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, na vaga decorrente da aposentadoria do Conselheiro ANTÔNIO FERREIRA RÜPPEL.

Sala das Sessões, em 19.03.91

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

## JUSTIFICATIVA:

Em conformidade com o disposto pelo inciso XVIII, do artigo 54 da Constituição do Estado, cabe a esta Assembléia a indicação de cinco sétimos dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado.

E de acordo com o que estabelece o artigo 53 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, tal iniciativa caberá em relação às cinco primeiras vagas ocorridas a partir da promulgação da Carta Estadual.

Com a aposentadoria do eminente Conselheiro Antônio Ferreira Rüppel, surge a oportunidade desta Casa Legislativa proceder à segunda indicação para o apontado cargo, tendo recaído a escolha, pelo apoio de expressiva maioria de Parlamentares, na pessoa do nobre Deputado ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

Deputado Estadual por três legislaturas, o Deputado ARTAGÃO MATTOS LEÃO tem longa e profícua folha de serviços prestados como Parlamentar, tendo sido em 1983 Presidente da Comissão de Orçamento e Membro das Comissões de Constituição e Justiça; Comissão de Tomada de Contas; Comissão de Saúde Pública; Comissão de Cultura e Esportes; em 1984 Presidente da Comissão de Orçamento e Membro das Comissões de Constituição e Justiça; Comissão de Tomada de Contas; Comissão de Cultura e Esportes; Comissão de Saúde Pública; 1985 Membro da Comissão de Constituição e Justiça; Comissão de Finanças; Comissão de Indústria e Comércio; Comissão de Segurança Pública; 1987 Presidente da Comissão de Orçamento e Membro das Comissões de Constituição e Justiça; Comissão de Obras Públicas; Comissão de Indústria e Comércio; Comissão de Defesa ao Consumidor; Comissão de Tomada de Contas; Comissão Especial de Reforma à Constituição; 1988 Membro das Comissões de Indústria e Comércio; Comissão de Constituição e Justiça; Comissão Especial para Acompanhar a Aplicação de Recursos Provenientes de Operações de Crédito a serem Contratados pela COPEL; 1989 Membro das Comissões de Indústria e Comércio e Reivindicação Popular; 1988 Líder de Bancada; 1989 Líder de Governo.

Advogado, pela Universidade Federal do Paraná, possui o indicado plenas condições

para exercer com proficiência e denodo o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas, razão que leva a Comissão Executiva a formulá-lo ao Plenário a presente indicação, confiante na sua aprovação.

# PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/91

P A R E C E R:

Trata o presente Projeto de Decreto Legislativo da indicação do nobre Deputado ARTAGÃO MATTOS LEÃO para o preenchimento de Cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, aberta em função da aposentadoria do Conselheiro ANTÔNIO FERREIRA RÜPPEL.

A presente indicação, sob seus aspectos processuais, se encontra de conformidade com o disposto na Constituição Estadual e Regimento Interno desta Casa de Leis, quais sejam indicação a cargo desta Assembléia Legislativa (art. 77, § 2º, II, da C.E.), existência de vaga, formação de Comissão Especial e observância de prazos, restando, pois, somente a análise das razões de mérito, consubstanciadas aqui pela presença ou não dos requisitos pessoais exigidos pelo § 1º e incisos do art. 77 da C. E.

O nobre Deputado ARTAGÃO MATTOS LEÃO, que cumpre sua terceira legislatura, Bel. em Direito pela Universidade Federal do Paraná, com extenso currículo e relevantes serviços prestados ao Estado do Paraná, quer como Deputado Estadual, quer como Empresário e Advogado, funções exercidas anteriormente, preenche todos os requisitos para assumir o elevado cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Assim, somos de parecer favorável para que a indicação seja objeto de apreciação em Plenário.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 21.03.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

DURVAL AMARAL

Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A votação do presente Projeto de Decreto Legislativo é decorrente das prerrogativas que a Constituição Estadual do Paraná delegou a este Poder Legislativo através do art. 53 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, de conformidade com o disposto pelo art. 54, inciso 18 da Constituição Estadual.

Para discutir, concedo a palavra ao Deputado Antônio Toti Colação.

O SR. ANTONIO TOTI COLAÇÃO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada.

Quero inicialmente, fazer a leitura da

Ordem do Dia aqui da tribuna: "Discussão Única do Projeto de Decreto Legislativo nº 01/91, de autoria da Comissão Executiva que indica o nome do Deputado Artagão Mattos Leão para o preenchimento de vaga no cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, aberta em função da aposentadoria do Conselheiro Antônio Ferreira Rüppel, com Parecer Favorável da Comissão Especial para a apreciação pelo Plenário."

Senhor Presidente, Senhores Deputados, nesta tarde, a nossa Casa de Leis, uma vez mais reunida para apreciarmos esse Projeto de Decreto Legislativo, onde um Parlamentar, colega nosso, está sendo indicado para Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

O Deputado Artagão Mattos Leão, talvez muitos dos Senhores Parlamentares podem até não estar entendendo o porquê de um, desde o início, estou de seu lado, e o porquê de que sempre estive acompanhando o seu trabalho em busca do apoio dos demais Parlamentares desta Casa. Primeiramente, porque o Deputado Artagão Mattos Leão é conhecido nosso, amigo de longa data. Estudou num dos colégios mais antigos do Paraná, lá em minha cidade, em minha terra, o Colégio São Vicente de Paula.

Tive o prazer e a alegria de ser seu colega de escola. Posteriormente, o Deputado Artagão, formado em Direito pela Universidade Federal do Paraná, exerceu a sua profissão como advogado e posteriormente, quis o povo do Paraná, que ele fosse um dos representantes aqui neste Poder.

E a minha região, à qual eu pertenço, eu também tive a felicidade de ser seu cabo eleitoral, ser seu amigo e durante dois mandatos, ele foi o nosso representante da região Centro-Sul do nosso Estado, e as conquistas que a nossa região teve, ao longo destes dois mandatos, deve-se muito à presença dele aqui, como nosso representante e hoje ele está sendo indicado para ser um dos Conselheiros do Tribunal de Contas do nosso Estado.

Nós, principalmente os ex-prefeitos e eu particularmente, acompanhei de perto o trabalho que ele aqui realizou, quando ainda usava a Liderança do Governo nesta Casa de Leis. Teve um papel preponderante durante o último Governo. Sua presença foi marcante aqui, principalmente junto à Bancada do PMDB, na defesa dos projetos oriundos do Poder Executivo, do ex-Governador Álvaro Dias. Sofreu, na verdade, um desgaste muito grande, politicamente, mas foi reconhecido pelo povo do Paraná, pela sua região principalmente, e aqui está de volta como Deputado eleito, pelo terceiro mandato.

Parece-me, Senhores Deputados, que a indicação de um Parlamentar para ser Con-

selheiro do Tribunal de Contas, além de ser uma das prerrogativas do nosso Poder, nós estamos hoje valorizando mais do que nunca o nosso Parlamento.

Acredito que este Parlamento, principalmente a nível de País, vem sofrendo nos últimos tempos, um desgaste tremendo. O Poder Legislativo do nosso País e também do nosso Estado, por que assim não dizer, me parece muitas vezes que é um "telhado de vidro". Nós somos alvo seguidamente de críticas, nós somos alvo e chegam até a nos chamar de "marajás" e tantas outras coisas mais, mas é o momento, principalmente agora, onde o nosso Poder está sendo valorizado, temos o direito de indicar um colega nosso para ser Conselheiro do Tribunal de Contas.

Eu particularmente, não tenho absolutamente nada contra as outras indicações que estão na mesa, muito pelo contrário, até tenho amizade muito profunda com um dos indicados. Mas, parece-me que agora é um momento muito importante para nós marcarmos uma presença definitiva e um comportamento de unidade. Recentemente, por ocasião da eleição da Mesa, nós, Parlamentares pela primeira vez, víamos no Presidente eleito, Deputado Anibal Khury, quando chegava aqui e deixava registrado, protocolado, uma lista contendo 28 assinaturas. E me parece que aquelas assinaturas foram respeitadas, porque hoje ele é o Presidente.

Eu vi o Deputado Artagão, nós vimos uma lista com mais de 40 assinaturas, que davam total apoio a Sua Excelência para ser o nosso indicado ao Tribunal de Contas.

Senhores Deputados, ainda sou daquele tempo - e isto herdei do meu pai - em que palavra empenhada é palavra cumprida. Sou daquele tempo, e isto herdei também do meu pai, em que vale mais um fio de bigode que um contrato assinado. Hoje, muitos até em alguns momentos durante estes dois meses aqui, não digo Parlamentares, mas gente de fora do Poder que me diziam o seguinte: "Essas assinaturas não têm valor nenhum." Sempre contestei isso. Sou do sistema ainda que depois de empenhar a minha palavra, eu não volto atrás, quanto mais a minha assinatura. E me parece, Senhores Deputados, que agora neste exato momento, onde todos estamos procurando resgatar mais do que nunca a imagem do nosso Poder Legislativo, do nosso Parlamento, devemos mais do que nunca agora, talvez, honrar a palavra que foi dada ao companheiro Artagão. Honrarmos a nossa assinatura naquela lista, indicando-o para ser um dos Conselheiros do Tribunal de Contas.

Finalizando, faço aqui um pedido e não estou autorizado para fazer isto em nome do Deputado Artagão; mas quero fazê-lo pa-

ra que todos os Senhores Deputados, a Senhora Deputada e principalmente aqueles que deram a palavra ao Deputado Artagão, aqueles que assinaram a lista de apoio: vamos dar uma demonstração de unidade, de força, de coesão, para que possamos ser cada vez mais respeitados, principalmente fora deste sacrário, fora deste templo, fora aqui deste Parlamento, principalmente pela população do Estado do Paraná.

Muito obrigado, Senhor Presidente, muito obrigado, Senhores Deputados!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Geraldo Cartário, com a palavra.

(Declina).

Deputado Rafael Greca com a palavra.

O SR. RAFAEL GRECA DE MACEDO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A sessão que nós realizamos neste momento, envolve matéria de alta indagação, qual seja, da indicação de um dos membros da Assembléia para compor o Tribunal de Contas do Estado.

A Constituição do Paraná é clara quando diz que o "sistema de controle e de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Assembléia Legislativa, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada Poder".

Diz também a Constituição: "que o controle externo a cargo da Assembléia Legislativa será exercido através de órgão auxiliar desta Casa, que é o Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete:

I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias do seu recebimento;

II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por valores, bens e dinheiro públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Estadual, e as contas daqueles que derem causa, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;

III - apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta ou indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, realizar por iniciativa própria da Assembléia Legislativa, de Comissão Técnica ou de Inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unida-

des administrativas do Poder Legislativo e do Poder Executivo, do Poder Judiciário;

IV - fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pelo Estado e Município, mediante convênios;

V - homologar os cálculos das quotas do ICMS devidas aos municípios, dando ciência das mesmas a esta Assembléia Legislativa;

VI - prestar as informações solicitadas pela Assembléia, para qualquer das respectivas comissões, sobre fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional, patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas;

VII - aplicar aos responsáveis, nos casos de ilegalidade e despesas e de irregularidade de contas, as sanções previstas em Lei, que estabelecerão entre outras cominações, multas proporcionais aos danos causados;

VIII - assinar até o prazo de trinta dias, prorrogável por idêntico período, para que o próprio órgão ou entidade adote necessárias providências ao exata cumprimento da Lei, se verificada a ilegalidade;

IX - sustar, se não atendido a execução do ato impugnado, comunicando a decisão a Assembléia;

X - representar ao Poder competente sobre irregularidades e abusos apurados."

Ora, Senhores Deputados, é clara a ligação da Assembléia como Poder competente para fiscalização das contas do Estado.

Portanto, em não havendo nada de desabonatório do nosso conhecimento na vida do nosso colega Deputado Artagão Mattos Leão, se julga lícita e justa a indicação que se referenda nesta tarde, sendo que a Assembléia se valoriza como Poder na exata proporção em que faz cumprir a Constituição, se afirmando como Assembléia, Poder principal do seu órgão auxiliar, que é o Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Antônio Annibelli.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Esta nova Legislatura inicia votando hoje a indicação de um companheiro desta Casa de Leis para uma vaga no Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Quero, Senhor Presidente, Senhores Deputados, dizer da minha obrigação, da minha responsabilidade em vir a esta tribuna para dizer da satisfação que tenho de falar em nome do meu Partido, PSDB, para dizer, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que o nosso Partido sente-se orgulhoso em subir a esta tribuna para apoiar a indicação do companheiro Deputado Artagão Mattos Leão.

Sei, Deputado Artagão, quanto Vossa Excelência vai sentir a ausência neste Plenário, do convívio que teve durante mais de oito anos, lidando com seus companheiros de Partido, PMDB, defendendo seus Prefeitos, seus Vereadores e seus companheiros com a sua garra, com a sua luta, com o seu pavio curto até, brigando às vezes com os Partidos de oposição, mas tendo na fibra e na garra e na tradição de sua família e pelo grande mandato que representou o povo guarapuavano nesta Casa, Vossa Excelência sentirá o convívio e a falta dos seus companheiros Deputados. Mas, em contrapartida, Deputado Artagão, Vossa Excelência irá representar esta Casa naquele Tribunal, onde apenas sete Conselheiros têm a responsabilidade de julgar as contas do Estado do Paraná, e lá Vossa Excelência, ao lado do Presidente Cunha Pereira; ao lado de Rafael Iatauro; de João Fêder; de Cândido Manoel Martins de Oliveira, ex-Deputado Estadual; ao lado de Nestor Baptista, ex-Deputado Estadual nesta Casa; ao lado de Quielise Crisóstomo da Silva, ex-Deputado desta Casa; irá se somar àqueles homens, irá ocupar a vaga de Antônio Ferreira Rüppel, ex-Presidente desta Casa também.

Nós, Parlamentares, não poderíamos, Deputado Artagão, de maneira nenhuma deixar de referendar o vosso nome.

Quando outros candidatos aí se inscreveram, manipulados por interesses outros que não o do Parlamento e da seriedade do Tribunal de Contas, nós não poderíamos deixar de confiar em Vossa Excelência, como não poderíamos deixar de confiar em qualquer um dos 54 Deputados que representassem esta Casa no Tribunal de Contas. Para lá mandaram outro candidato que aí está a pedir votos através do ex-Governador do Estado, não sei se para tentar lá no Tribunal fazer política de interesse pessoal ou de interesse de grupos econômicos. Vossa Excelência, Deputado Artagão, terá o voto de todos os Deputados do PSDB e terá, se Deus quiser, a maioria de todos os Deputados responsáveis nesta Casa, que querem um Tribunal de Contas independente, como nós sempre quisemos esta Assembléia com a sua independência. Não aceitamos a outra indicação que não a valorização do Poder Legislativo, que no seu voto secreto Vossa Excelência terá a maioria, por representar a dignidade e honradez nesta Casa.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) -

Sr. Presidente, gostaria de dirigir-me ao ilustre Deputado Antônio Annibelli quando colocou na tribuna "de outros nomes colocados para apreciação dos Srs. Deputados, que são pessoas que estão buscando interesses pessoais e econômicos", queria

comunicar ao Deputado Antônio Annibelli que também inscrevi-me numa vaga ao Tribunal de Contas e não estou buscando interesse pessoal, apenas um direito que tenho como Deputado.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI (Pela Ordem) - Se eu o ofendi, Deputado, peço desculpas publicamente, porque falando pessoalmente com Vossa Excelência dias atrás, Vossa Excelência me disse que não estava inscrito, que apenas estava dizendo por aí que era candidato para ajudar o Deputado Artagão Mattos Leão. Mas, se Vossa Excelência realmente se inscreveu, retiro quanto ao vosso nome que é um Deputado sério, correto e honesto. Sei que lá no Tribunal de Contas também seria o representante desta Casa e teria o meu voto, se se inscrevesse antes que o Deputado Artagão.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Muito obrigado pela consideração, Deputado.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, é a terceira vez, como Parlamentar, que participamos da indicação de um dos companheiros para o Tribunal de Contas. O Deputado Nestor Baptista, Deputado Quielse Crisóstomo e hoje está aí para julgamento o nome do brilhante companheiro Artagão Mattos Leão.

Evidente que faz uma defesa do nobre Deputado Artagão o Deputado companheiro Antônio Annibelli, e tenho certeza que diversos Parlamentares o fariam. Mas, a colocação dele da participação do ex-Governador Álvaro Dias que vem tentar indicar nomes para fazer defesa pessoal, ou política pessoal do Tribunal de Contas, achamos inoportuna a colocação, porque todos os nomes que postulam a vaga do Tribunal de Contas são dignos de nosso respeito, quer seja Parlamentar ou não. Analisamos os nomes que foram inscritos nesta Casa e achamos todos com condições de fazer parte do egrégio Tribunal de Contas do Paraná.

O Governador Álvaro Dias se isenta, até certo ponto, porque nem no País está no momento em que a Assembléia está escolhendo o novo membro do Tribunal de Contas.

Como membro do PMDB aqui na Assembléia, como particular amigo do companheiro Álvaro Dias e do Governador Roberto Requião, sabe o Deputado Artagão Mattos Leão que não houve, nem de um, nem de outro, o pedido para que votássemos com as suas opiniões e sim com as nossas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, pretendia já na semana pas-

sada fazer um pronunciamento quando sentíamos que o Deputado Artagão Mattos Leão mostrava-se bastante apreensivo com os constantes adiamentos da colocação deste Projeto de Resolução para ser votado neste plenário.

Era necessário, na verdade, conscientizar a todos nós, Parlamentares, que este é um momento importante na Assembléia Legislativa. Já foi dito desta tribuna, da outra também, mas nunca é demais. Se fosse dado, por exemplo, ao Poder Judiciário para indicar um membro, não apenas do Poder Judiciário, mas a condição dele indicar alguém para ocupar um cargo num outro setor, no próprio Tribunal de Contas, seria impossível acreditar que eles iriam indicar um Deputado, certamente indicariam um juiz, um desembargador, ou coisa parecida.

É preciso que a Assembléia Legislativa hoje apenas não vote pela maioria simples, mas pela sua totalidade, na indicação do companheiro Artagão Mattos Leão. E vejam que já indicamos outros dois companheiros e sempre tivemos atritos nesta Casa, talvez fosse eu o menos indicado para vir aqui pedir para que todos votem no companheiro Artagão Mattos Leão. Mas, fiz isto por ocasião da indicação do companheiro Nestor Baptista e aqui tivemos atritos violentíssimos, ao ponto quase de irmos para o desforço físico.

Aqui tivemos atritos com o Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, e nem por isso, quando na indicação dele, quando da eleição dos membros para o Tribunal de Contas, deixamos de vir a esta tribuna e conclamar a todos e declarar abertamente o nosso voto.

Por isso, companheiro Deputado Artagão Mattos Leão, eu tenho a certeza absoluta que a totalidade dos membros desta Casa vão votar no seu nome, porque acima de tudo há o engrandecimento deste Poder, da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Temos certeza de que mais uma vez, a exemplo de Quielse e de Nestor, estaremos com Vossa Excelência, bem representados naquele Poder. Temos certeza absoluta disto.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, em que pese também termos tido com o Deputado Artagão Mattos Leão alguns atritos, nos quatro anos passados, isso não nos impede e não nos coloca em qualquer situação de constrangimento de vir aqui e declararmos abertamente o nosso voto em seu favor, porque acima de tudo, é a valorização da Assembléia e é até um resgate da credibilidade da nossa classe política.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há

mais oradores inscritos para a discussão.

O SR. ERNANI PUDELL - Sr. Presidente, gostaria de me inscrever, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está inscrito.

Com a palavra o Deputado Ernani Puddell.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, a pedido dos ilustres colegas, serei bastante sintético. Quero apenas lembrar que entre os requisitos constitucionais para a indicação dos conselheiros e auditores do Tribunal de Contas, estão os notórios conhecimentos jurídicos, econômicos, financeiros, contábeis ou de administração pública. Mais do que isso, qualquer Tribunal que se preze deve ter um requisito fundamental na indicação dos seus integrantes, que é a absoluta independência em relação aos órgãos e poderes que ele irá fiscalizar ou que ele irá opinar.

Então, neste sentido, nós Partido dos Trabalhadores queremos registrar, aqui, a nossa discordância na indicação costumeira de conselheiros oriundos, principalmente desta Casa, todos eles com vínculos com o poder. Ou com o Poder Legislativo. Ou com o Poder Executivo. Aos quais, exatamente, é a função destes conselheiros, fiscalizar a atuação destes Poderes.

Nós, aqui da Bancada dos Trabalhadores, queremos nos penalizar por ter perdido a oportunidade de iniciarmos pela primeira vez na história deste Parlamento, a indicação de alguma pessoa que viesse da sociedade civil, que não tivesse vinculação partidária, que não tivesse participado das mesas do poder, não queremos nos penalizar por esta nossa omissão.

São tantos os juristas renomados no Paraná, professores universitários, pessoas que não participam das disputas políticas, estas sim deveriam estar com absoluta isenção, com absoluta independência, assim como são os magistrados, deveriam estar colocados nestes postos. Sem nenhum demérito ao Deputado Artagão Mattos Leão, que tem a nossa estima, a nossa consideração, mas nós entendemos que esta é uma questão de princípios. Fundamentalmente, para nós, os conselheiros devem ter, além dos requisitos constitucionais, que me parece que vem ter, além dos requisitos constitucionais, que me parece que via de regra não têm sido observados, na indicação dos conselheiros, além da indicação destes requisitos, existe um que faz parte dos princípios elementares do Direito, que é a independência do julgador. Esta independência tem que ser, fundamentalmente, neste caso, uma independência e isenção

política de qualquer disputa, de qualquer troca de favores.

É por isso que nós queremos, aqui, registrar publicamente o voto da Bancada dos Trabalhadores. Nós entendemos que das indicações feitas, até agora, nesta Casa, para a vaga de Conselheiro no Tribunal de Contas, nenhuma delas atende a estes requisitos.

E, mais do que isso, nós conclamamos os colegas, para na primeira oportunidade nós fazermos uma coisa diferente, que nunca foi feita, vamos escolher alguém que não tenha vinculação, mas por amizade, por companheirismo, por compromisso político. Vamos escolher alguém que, realmente, tenha a independência e a isenção, e o conhecimento; os requisitos constitucionais que nós vemos aqui escritos na nossa Carta Magna. Era isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Conforme Disposição Constitucional mantida na alínea A do Inciso 20 do artigo 54 da Constituição Estadual o processo de votação será escrutínio secreto.

O Senhor 1º Secretário fará por duas vezes a chamada nominal dos Senhores Deputados para a votação, ao ser chamado o Deputado deverá dirigir-se à Mesa onde receberá sobrecarta rubricada do Senhor 1º Secretário, após deverá dirigir-se à cabine indevassável localizada à direita da Mesa onde em seu interior encontram-se as cédulas de votação contendo as expressões SIM e NÃO.

Os Senhores Deputados favoráveis à indicação do Deputado Artagão Mattos Leão para o exercício do cargo e das funções de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado deverão manifestar-se votando SIM, os contrários votarão NÃO.

Após ter feito sua opção de voto o Deputado deverá colocar a cédula na sobrecarta rubricada e depositá-la na Urna que se encontra sobre a Mesa. A aprovação da indicação se dará pela obtenção da maioria absoluta de votos ou seja, 28 votos SIM.

O Senhor 1º Secretário procederá à chamada nominal dos Senhores Deputados para a votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO (Pela Ordem) -

Apenas para questão de esclarecimento definitivo, a votação na cédula SIM indicará o nome desse Deputado ao Senhor Governador para nomeação para o Conselho do Tribunal de Contas, a votação NÃO, evidentemente, deixará a vaga para outro candidato postular.

Correto, Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A aprovação do nome de V.Exa. terá que ter



28 (vinte e oito) votos, SIM, voto em branco significa NÃO.

O SR. 1º SECRETÁRIO (João Arruda) - Procede à chamada nominal para votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Senhor Presidente, pela ordem.  
(Assentimento).

Como há dúvidas em relação à interpretação do Regimento Interno de que se eu, mesmo Deputado, mas diretamente interessado no processo, devo ou não votar, embora eu ache que tenha esse direito, porque os membros que compõem a Mesa votaram em suas eleições e também era interesse próprio como agora.

Mas, atendendo a uma recomendação do Presidente, que eu respeito muito, que é uma pessoa que tem um gabarito extraordinário nesse sentido, eu consulto, então, V.Exa. se eu posso fazer o meu voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Cumprindo o Regimento Interno, a Presidência considera V.Exa. diretamente interessado no problema e, por conseguinte, acha desnecessário o voto de V.Exa.

§ 3º - Tratando-se de causa própria o assunto em que tem interesse individual deverá o Deputado dar-se por impedido, fazendo comunicação à Mesa. Para efeito de quorum o seu voto será considerado em branco.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - V.Exa. então, não aceita o meu voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É o Regimento que não aceita; eu gostaria até que V.Exa. votasse.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - V.Exa. me põe uma dúvida terrível.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa aconselha V.Exa. para que não dê motivos para qualquer impugnação, para que Vossa Excelência não vote.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Atendendo à recomendação de Vossa Excelência, eu declino do meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à apuração.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Cinquenta e três Deputados votaram. Convido para comporem a Comissão de Escrutinadores, os Deputados Antônio Annibelli, Dirceu Manfrinato, Duílio Genari, José Tavares e Alceu Swarowski.

O SR. FLORISVALDO FIER - Senhor Presidente, Pela Ordem, gostaria de solicitar um esclarecimento da Presidência.

No Capítulo VI - da Indicação a Conselheiro e Auditor do Tribunal de Contas e do Procurador Geral de Justiça do Estado, no seu artigo 18, diz que a Assembléia deliberará em discussão única por maioria dos Deputados presentes, em votação secreta. Em função até de o Deputado Artagão Mattos Leão não votar e a presença é contada como quórum em relação ao resultado final da votação, ou não é contado?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O voto do Deputado Artagão Mattos Leão, de acordo com o Regimento Interno é contado "em branco".

Prossegue-se a apuração da votação e a Comissão Escrutinadora pode iniciar os seus trabalhos.

Votaram cinquenta e três Senhores Deputados.

Votos SIM, trinta e sete (37).

Votos NÃO, cinco (05).

Votos BRANCO, cinco (05).

Votos NULOS, seis (06).

A Mesa comunicará ao Governador do Estado a indicação, à sanção do Governador, a assinatura do decreto, do Deputado Artagão Mattos Leão, futuro Conselheiro do Tribunal de Contas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a sessão.